

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2011

Altera as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para tornar obrigatória a disponibilidade de veículos adaptados, que poderão ser adquiridos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, para o aprendizado de pessoas com deficiência física nas instituições de formação de condutores que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 156 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“**Art. 156.** .....

§ 1º As entidades referidas no *caput* deste artigo, com mais de 10 veículos, deverão dispor de no mínimo um veículo adaptado para o aprendizado de pessoas com deficiência física.

§ 2º O descumprimento do disposto no § 1º deste artigo sujeita o infrator às penalidades de advertência, suspensão e cancelamento da autorização para o exercício da atividade, conforme a falta cometida, nos termos de regulamentação a ser estabelecida pelo CONTRAN.” (NR)

**Art. 2º** O art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“**Art. 1º** .....

.....

VI - instituições de formação de condutores de que trata o § 1º do art. 156 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no caso de automóveis adaptados para o aprendizado de pessoas com deficiência física.

.....” (NR)

**Art. 3º** O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cem dias de sua publicação oficial.

*Parágrafo único.* A isenção de que trata o art. 2º desta Lei só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

## JUSTIFICAÇÃO

A independência dos indivíduos com deficiência física nos deslocamentos para o desempenho das suas atividades cotidianas é uma das maneiras mais eficientes de promover sua inclusão social. Para lhes garantir uma vida independente, faz-se necessária a adoção de medidas que removam os obstáculos ao livre desenvolvimento da personalidade, permitindo-lhes uma vida produtiva e socialmente integrada.

A condução de veículo automotor é certamente um passo fundamental para o alcance do objetivo de inclusão social, na medida em que facilita o acesso daquelas pessoas aos centros de trabalho, educação e lazer. Não é por outra razão que a legislação brasileira prevê, para esse grupo de cidadãos, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, em alguns casos, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na aquisição de veículos adaptados.

A boa iniciativa governamental, entretanto, fica comprometida pela escassez de autoescolas especializadas na formação de condutores com deficiência física. São raras as que dispõem de veículos adequados às limitações dos candidatos à habilitação, privando esses alunos de oportunidades de aprendizagem que os capacitariam a assumir maior autonomia no seu dia a dia.

Com o propósito de corrigir essa grave distorção, que fere os princípios de justiça social, elaboramos projeto de lei que visa a assegurar que as autoescolas com número de veículos igual ou superior a dez contem com pelo menos um veículo destinado ao aprendizado de alunos especiais – inclusive mediante o incentivo representado pela isenção do IPI na aquisição desse veículo, que deverá ser flex ou movido a etanol.

Pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente iniciativa, que certamente ajudará os cidadãos com deficiência física a obter a Carteira Nacional de Habilitação, aumentando suas chances de participar na sociedade de forma integrada.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA